

Resenha de: Grazia Scoppio e Sara Grego (Ed.), 2022. *The Power of Diversity in the Armed Forces: International Perspectives on Immigrants' Participation in the Military*. McGill-Queen's University Press. 262p. ISBN: 978-0-2280-1110-1

MARIA CELINA D'ARAUJO

IMIGRANTES E SOLDADOS

Este livro, como o título sugere, e contrariando a tese de que as Forças Armadas não precisam exprimir a composição da sociedade, defende que a diversidade nos quartéis deve ser incentivada em todas as democracias, nomeadamente, em termos de nacionalidades, culturas, religiões e etnias. Para tanto, enfatiza os benefícios de acolher imigrantes ou seus descendentes nas fileiras militares de cada país, assunto examinado nos dez capítulos que analisam casos nacionais. Entre os países abordados, Austrália, Bélgica, Índia e Estados Unidos já praticam o recrutamento militar para além de seus cidadãos natos, ainda que sob critérios muito rigorosos. Por outro lado, temos países que, assim como o Brasil, não aceitam imigrantes em qualquer hipótese. São eles Noruega (com acordo bilateral com Islândia), Israel, Países Baixos, Polônia, Suécia e Suíça. Mesmo nestes últimos casos, a questão da imigração se coloca, pois são países que, por diversas razões, são multiculturais e possuem primeira e/ou segunda geração de imigrantes, o que ainda pode significar forte enraizamento cultural dos países ou etnias de origem dos pais ou mães dos soldados.

Desnecessário dizer que há ampla bibliografia negando a necessidade de que as Forças Armadas sejam um espelho das características da sociedade.

A Bélgica é um país historicamente dividido linguística e culturalmente, e ainda receptor de muitos imigrantes. Cerca de 70% da população se diz belga e os outros 30% são filhos de imigrantes de primeira ou segunda geração. Este dado é trazido no capítulo “Fighting for your host country: non-citizen soldiers in Belgium” de autoria de Delphine Resteigne.

Por muito tempo, o país manteve o lema de que a defesa deveria ser feita pelos nacionais, mas, desde 2003, passou a aceitar o alistamento de estrangeiros, prática ainda limitada, que resultou do fato de que o contingente de

defesa estava diminuindo. Os autores deste capítulo lançam mão de várias pesquisas e estatísticas feitas entre militares (coisa impossível de fazer no Brasil) para demonstrar que apenas um terço deles, apesar da diversidade cultural do país, ainda entendem que só nacionais devem compor as fileiras dos profissionais da defesa. A resistência é maior quando se trata de candidatos vindos de fora da União Europeia. Em 2019, de 25.345 militares na ativa (incluindo 1.192 mulheres) apenas 183 eram não-belgas, vindos de países da União Europeia, destacando-se os da França e Países Baixos. Os dados mostram, ainda, que esses estrangeiros quase não chegam às mais altas posições. Estamos aqui frente a um dilema de nacionalismo forte e ao mesmo tempo de tropas nacionais minguadas, o que obriga a recorrer a recrutamento em outros países lançando inquietações sobre o impacto que isso terá sobre coesão na tropa e sobre as limitações que alguns grupos terão em sua carreira.

O capítulo “The Swiss Armed Forces’ reputation and its integration function for recruits with migration backgrounds” escrito por Stefano De Rosa e Tibor Szvircev Tresch traz como mote a seguinte questão: O serviço militar na Suíça ajuda na integração de jovens descendentes de imigrantes? Começam o trabalho indicando a multiculturalidade do país. Dos 8,5 milhões de habitantes, 30% são nascidos no exterior e 25% são estrangeiros. Esse conjunto populacional expressa-se em quatro idiomas: 65% em alemão, 22,5% em francês, 7,5% em italiano e 0,5% em românico, as quatro línguas oficiais do país. Frente a tal diversidade étnica e linguística, definir o que é legitimamente nacional parece escorregadio. Não o é se considerarmos duas realidades: o serviço militar é obrigatório para homens e facultativo para as mulheres e aplicável apenas àqueles nascidos no país. Nas escolas militares com cursos de cinco meses, apenas nascidos no país são admitidos.

Para responder à pergunta inicial, os autores fizeram um *survey* com 2.500 recrutas que poderiam vir a compor um contingente armado que, à época da pesquisa, estava em torno de 120 mil pessoas. Dos entrevistados, 28% tinham pai ou mãe nascidos fora do país. Os resultados indicam as vantagens do serviço militar obrigatório como estratégia de integração para aqueles que têm *background* migratório a partir dos seguintes resultados: percebem que, após o serviço militar, adquirem melhores chances no mercado de trabalho; entendem que sua personalidade foi fortalecida; acreditam, com mais frequência, que, após o serviço militar, os outros os veem como mais suíços.

A Austrália, com mais de 50% de suas Forças Armadas integradas por mulheres, tem déficit significativo no que toca a representatividade de minorias étnicas e religiosas. É isto o verificado no capítulo “Whose Military

is it anyway? Transforming the Australian Defence Force into Australia's Defence Force” de autoria de Jarrod Pendlebury. Este título sintetiza a tese do autor no sentido de mostrar como as Forças Armadas desse país ainda não estão adequadamente abertas para grupos minoritários e para não cidadãos. Seus dados demonstram que, em 2019, 87% dos militares eram australianos de nascimento, enquanto apenas 67% da população era nascida no país. No que toca à diversidade religiosa, o hiato é ainda maior. O autor trabalhou com 31 grupos focais envolvendo 208 cadetes. O objetivo era entender, à luz da teoria de capital social e *habitus* de Pierre Bourdieu, o quão efetivas eram as políticas públicas visando à maior diversidade nas Forças Armadas locais. Essas políticas enfatizavam cinco pontos: atrair talentos, reduzir custos de recrutamento, aumentar as capacidades dos jovens, tornar-se um empregador de primeira classe e garantir posições de liderança. Estes objetivos, segundo os resultados da pesquisa, não fizeram com que imigrantes ou minorias se sentissem mais acolhidos na corporação. Como adendo a essa conclusão, sugerem a necessidade de nova política nas Forças Armadas que leve em conta a representatividade e a legitimidade dos diversos grupos da sociedade.

O capítulo sobre o Canadá, intitulado “The military as a path to citizenship, integration, and identity: Visible minorities and immigrants’ perspectives about the Military in Canada”, foi escrito por Grazia Scoppio, Nancy Otis, e Yan (Lizzie) Yan, partindo do princípio de que as Forças Armadas do Canadá já têm como obrigação legal promover a inclusão da diversidade social em suas fileiras, mas que isso não vem sendo suficiente para mudar a realidade. Para isso usam quatro métodos, três deles voltados para as populações indígenas.

As autoras apresentam dados para referendar a urgência dessa integração. Por exemplo, mostram que 2/3 da população do país é descendente de imigrantes e que 1/5 são de estrangeiros. A imigração passou de 22% em 2006 para 26% em 2016, enquanto a taxa de natalidade caiu 4% nesse mesmo período. Ou seja, o país tem uma população local em processo de envelhecimento, e, ao mesmo tempo, tem aumento de imigrantes que precisam ser mais bem incorporados à sociedade nacional. E, como diz o título do capítulo, as Forças Armadas são um caminho para isso. Os dados da pesquisa mostram que apenas 9,2% dos membros das Forças Armadas são oriundos de minorias, enquanto no serviço civil elas representam 18%. Há, portanto, um déficit de inclusão de diversidade nas Forças Armadas do Canadá, e o capítulo apresenta uma série de sugestões sobre como isso poderia ser revertido. A partir de pesquisa com candidatos ao serviço militar, verificaram que os não nascidos no Canadá não têm informações suficientes sobre a possibilidade de emprego nas Forças Armadas, trazem péssima imagem das Forças Armadas de seus países, pensam que não têm

competência para atingir essa incorporação, acham o processo lento e têm ideia da carreira como perigosa. Frente a isso, as autoras sugerem que os processos de seleção sejam mais amigáveis e mais rápidos e que haja mais informações públicas sobre as políticas de imigração no Canadá e sobre as vantagens e a necessidade de ter Forças Armadas mais inclusivas. Decididamente, trata-se de um trabalho *political oriented* para uma política pública.

Sobre Israel, temos o capítulo “Children of migrants workers in military service: Cross-sectional comparison in Israel Defence Forces”, autorado por cinco pesquisadores, Uzi Ben-Shalom, Deby Babis, Galia Sabar, Anabel L. Friedlander e Corinne Berger. Por razões históricas milenares, a região em que se situa o Estado teocrático de Israel é disputada por diferentes grupos, e desde que esse Estado foi criado, em 1947, os judeus que emigram para lá ganham cidadania automática. Além do mais, é um país em constante estado de guerra, obrigando-o a ter exércitos sempre bem treinados e bem aparelhados. O serviço militar é obrigatório para a população judaica, exceto para os ultraortodoxos. Estão excluídas as minorias de árabes, beduínos, drusos e muçulmanos. Israel, embora tenha apenas cerca de nove milhões de habitantes, é um Estado de imigrantes que recebe levas periódicas de acordo com conflitos internacionais e com o recrudescimento dos levantes palestinos. Por meio de questionários, a pesquisa compara dois grupos de imigrantes. O primeiro composto por 154 filhos de trabalhadores estrangeiros, não judeus, com idade média de 23 anos, e o segundo integrado por 547 judeus oriundos da extinta União Soviética. Esses dois grupos prestavam serviço militar obrigatório por terem nascidos no país ou por serem judeus. Com sofisticada metodologia, o trabalho visa a demonstrar quais desses grupos se adaptava melhor ao serviço militar. Após vários testes, os autores concluem que os filhos de imigrantes não judeus se adaptam melhor ao serviço militar por valorizarem mais o estatuto de cidadania israelense que o serviço militar pode lhes proporcionar e por almejam ser “verdadeiros israelenses”.

Para o caso norte-americano, temos o capítulo “In defence of diversity: Including immigrants in the US Military as a strategic imperative”. A autora Emerald M. Archer examina as vantagens de as Forças Armadas dos Estados Unidos terem a capacidade de incluir em suas fileiras diversidades nacionais, étnicas, religiosas, de gênero etc. Durante a guerra de independência, 80% dos soldados da União eram estrangeiros e, durante a Primeira Guerra, ainda somavam 20% dos que serviam ao país. Tradicionalmente, a cidadania norte-americana era concedida aos que lutavam ao lado dos Estados Unidos, prática que se manteve, com algumas limitações. Outra característica é a constante participação do país em disputas e guerras internacionais com países de diferentes matrizes linguísticas e culturais, o

que obriga a corporação a ter intérpretes que dominem línguas e culturas locais. São mencionados exemplos nos casos do Afeganistão e do Iraque, neste caso com grande participação feminina dadas as especificidades da cultura muçulmana, que não aceita facilmente soldados do sexo masculino atuando junto a comunidades. O trabalho também menciona as vantagens de ter imigrantes em serviços médicos militares. Trata-se de um país constituído por imigrantes e que, uma vez que se tornou potência mundial, passou a ter ação militar em grande parte do mundo, especialmente na Ásia. No entanto, recentes medidas, especialmente no governo Donald Trump, vieram a dificultar a entrada de imigrantes nas Forças Armadas, bem como tornou mais difícil o acesso à cidadania daqueles que puderam servir, produzindo incertezas para essas pessoas e seus familiares, que podem até cair de novo no rol de imigrantes não desejados. O capítulo insiste na tese de que a diversidade agrega valores às Forças Armadas do país nos níveis táticos, estratégicos e operacionais, e que o governo Biden deveria reverter a recente legislação anti-imigratória.

A Suécia fecha os quartéis aos imigrantes e carece até mesmo de um debate público sobre diversidade nas Forças Armadas. Isso é demonstrado no capítulo “Caught between progressive and traditional: The Swedish military managing diversity”, autorado por Anita Holmberg e Beatrice Pahv. Ainda que o país seja vulnerável frente ao belicismo russo, casos de Crimeia e Urânia, por exemplo, a tendência recente é a de implementar uma estratégia de “defesa total” envolvendo civis e militares, mantendo estes últimos reservados aos nativos. O tema da diversidade está ausente nessa estratégia e, segundo os autores, o país não realiza sensos sobre nacionalidades, etnias, religião, preferências sexuais, entre outras. O serviço militar é facultado apenas aos nacionais, embora em 2020 o país tivesse cerca de um milhão de imigrantes e 22 mil pessoas aguardando o resultado de seus pedidos de cidadania. O trabalho apoia-se em relatórios oficiais militares para demonstrar que as Forças Armadas da Suécia não consideram os benefícios da inclusão e da diversidade nos quartéis.

O capítulo “Gym warriors: Motivation and barriers to second-generation immigrants for enlisting in Deustch Armed Forces”, de René Moelker e Lema Salah, centra-se na pergunta de por que os mais jovens entre grupos étnicos islâmicos de segunda geração, em um distrito urbano dos Países Baixos, apesar de serem fisicamente fortes, disciplinados e de receberam treinamento intenso como boxeadores, não vislumbram a possibilidade de se alistar nas Forças Armadas, visto que fisicamente estão já treinados para atividades físicas intensas. Trata-se de pesquisa qualitativa com 29 entrevistas semiestruturadas, com forte abordagem em termos de capital social, interseccionalidade, estigma, estereótipos e preconceitos. Os auto-

res indicam que, dos 20 homens entrevistados, nenhum havia cogitado, em qualquer momento, servir às Forças Armadas. Entre as nove mulheres, algumas pensaram nessa possibilidade, mas levaram em consideração o apoio da família, que era evasivo. Todos traziam a percepção de que não seriam bem recebidos, embora não haja pesquisa empírica sobre a percepção dos militares dos Países Baixos em relação aos grupos islâmicos.

O capítulo “International perspectives from India, Norway, and Poland on immigrants intake in the Military” foi escrito por Samir Rawat, Ole Boe, Andrzej Piotrowski & Shradha Sharma, e tem caráter mais descritivo. Começa mencionando os vários fatores, econômicos e não econômicos, que levam à migração. No caso da Índia, isso é bem complexo, pois a partilha do país logo após a independência deixou marcas de violência e fortes laços com comunidades próximas, que acabaram por definir um amplo conjunto de fatores que permitem o recrutamento de não nacionais. Assim, na Índia, que não possui serviço militar obrigatório, são elegíveis ao serviço militar, além dos indianos, os cidadãos do Nepal e Butão, refugiados do Tibete que chegaram ao país até 1962 e filhos de indianos nascidos em vários países (Myanmar [antiga Burma], Paquistão, Sri Lanka, Vietnã, Etiópia Quênia, Malawi, Uganda, Zaire e Zâmbia). A Noruega, que vem se tornando recentemente um país multicultural, tem conscrição obrigatória para os nacionais e apenas uma parceria com Islândia para assuntos de recrutamento militar. Polônia é tradicionalmente um país que recebe e envia migrantes para vários países. O serviço militar não é obrigatório, mas está limitado aos poloneses de nascimento com domínio do idioma nacional.

O que há em comum em todos esses países é que são receptores de imigrantes. Apresentam, contudo, diferentes graus de desenvolvimento, educação e renda, e, cada um a seu modo, busca soluções para manter um adequado recrutamento para suas tropas. O capítulo ainda faz breve retrospectiva sobre a integração de imigrantes nas Forças Armadas de outros países da União Europeia, apontando para o fato de que a tendência é haver mais recrutamento fora das fronteiras nacionais na medida em que o declínio da natalidade e as boas opções de trabalho nos países mais ricos tornam as Forças Armadas uma possibilidade de ocupação pouco atraente para os mais jovens. Isso retrata uma situação inversa ao que acontece em países mais pobres. O caso da Índia aparece como singular pois, com a maior população do mundo, ao lado da China, e ainda com baixos índices de desenvolvimento, a recepção de imigrantes nas Forças Armadas é forte.

O Brasil, objeto do capítulo nove, foi escrito pela autora desta resenha e tem como título “Nationalism and absence of immigrants in Brazilian Armed Forces”. Ao contrário de vários países europeus, o Brasil, país emergente, com serviço militar obrigatório, tem excesso de contingente. Há demanda reprimida

mida de jovens que querem ingressar nas Forças Armadas, especialmente no Exército, por verem nessa ocupação um lugar de estabilidade profissional, de carreira estável e de benefícios sociais e previdenciários para si e suas famílias.

Assim como ocorre em outras situações de construção de Estados nacionais, logo após a independência do país, e com vistas a formar um exército nacional e nacionalista, foi se tornando obrigatória a nacionalidade brasileira como requisito para entrar nas Forças Armadas. Esse critério vigora até hoje, com obrigatoriedade para homens e facultativo para as mulheres. Depois da guerra do Paraguai (1864-1870), o requisito de brasilidade de nossos soldados tornou-se ainda mais explícito, e será particularmente acentuado nos anos 1930 e 1940, quando, além de defender a pátria, o Exército, sob Getúlio Vargas, deveria ser uma escola de cidadania e de patriotismo. A ditadura militar (1964-1985) foi o auge da idolatria às Forças Armadas, urdida pelos próprios militares.

Assim como em vários dos países aqui mencionados, muitos filhos de imigrantes optaram pela carreira militar no Brasil. Durante a ditadura militar, por exemplo, o país teve dois presidentes filhos de imigrantes: Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, o primeiro descendente de italianos e uruguaios e o segundo oriundo de uma família alemã. Ambos nasceram no sul do Brasil, região que, assim como São Paulo, recebeu, no período entre guerras, forte concentração da imigração europeia. Ainda durante a ditadura, outros militares com sobrenomes estrangeiros revelam origem anglo-saxã, como Grün Moss, Heck e Rademaker, que ocuparam posições importantes em ministérios e juntas militares.

Este retrato do que se passa no Brasil, com excesso de contingente, difere frontalmente do que se passa em vários países da Europa, cuja população jovem vem diminuindo em razão da transição demográfica, onde as oportunidades de trabalho e bons salários são grandes e os valores pós-materialistas são mais fortes. Se o serviço militar não é obrigatório, os jovens, por razões econômicas, morais e culturais, podem se esquivar de participar de atividades relativas a assuntos bélicos. Isso gera problemas para a defesa de alguns países e várias soluções têm sido aventadas para suprir esse déficit, como vimos no decorrer desta resenha. O livro, contudo, encara essa integração não apenas como contingência derivada de questões populacionais. Ao contrário, partilha da ideia de que a diversidade, em suas diferentes facetas, é componente importante e desejável para as Forças Armadas de todas as democracias.

COMENTÁRIO FINAL

A leitura deste livro trará, certamente, muitos e novos aspectos não abordados nesta resenha, e chama particularmente a atenção para uma temática praticamente inexistente no País. Isso porque o Brasil é ainda um país jovem, que começa a ensaiar sua transição demográfica e está localizado em uma região que, embora violenta, não é uma zona de guerras intraestatais. Como problema teórico e prático, contudo, merece receber mais atenção, pois diversidade étnica, cultural e religiosa são marcas do país. Pouco ou nada sabemos, por exemplo, sobre a composição étnica de nossos soldados ou oficiais, não há dados públicos sobre isso e fazer qualquer pesquisa nas Forças Armadas, sobre qualquer tema, é impossível. Tudo é tratado como segredo de Estado.

No decorrer desta resenha, vimos quantas pesquisas são feitas nos quartéis e em escolas militares de diversos países, com diferentes metodologias quantitativas e qualitativas (entrevistas, grupos focais, por exemplo) e com dados oficiais públicos. Neste aspecto o Brasil é, de fato, um caso notório de subdesenvolvimento epistêmico. As Forças Armadas, como objeto de estudo, são uma ficção. Todo o conhecimento vem a posteriori, e pela metade, a partir da ação dos militares na política e em algumas intervenções policiais e humanitárias. Pelas fotos de jornais e de publicações militares, vemos que a alta oficialidade ainda é branca, embora metade da população seja afrodescendente e de que a opção pela vida militar seja sonho de consumo para os mais pobres. Nada sabemos sobre como a miscigenação é de fato entendida entre nossos militares para além da cantilena de que ali estão representadas as “três raças do Brasil”. O mito das três raças tem escondido segregações reais não só nos quartéis, mas em toda a sociedade, repetindo estereótipos sobre a superioridade dos mais brancos. Os não brancos sentem-se, de fato, em condições de igualdade dentro dos quartéis? Esta resposta só poderia ser respondida com pesquisas de especialistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos, com investigações qualitativas ou quantitativas, e que garantissem o anonimato dos respondentes.

Digamos que essa área de estudos é *soft* se compararmos com outras pesquisadas no exterior com anuência das autoridades militares. O que os militares brasileiros entendem que não podem fazer quando não estão em guerra? Como julgam o poder militar *vis-à-vis* o poder civil? Que ideia formaram sobre direitos humanos? Que entendimento têm dos conflitos internacionais? Sem a possibilidade de estudos como estes, e de tantos outros, nunca saberemos se temos ou teremos aqui militares preparados para conviver amigavelmente com a democracia.

Data de recebimento em 15/05/2023. Aceito para publicação em 24/05/2023.